

PALCO DAS GRANDES DECISÕES

OS ARCOS DE CONCRETO E OS VÃOS ABERTOS DO PRÉDIO TESTEMUNHARAM, AO LONGO DESSAS CINCO DÉCADAS, GRANDES POLÉMICAS E, CLARO, SEUS DESFECHOS

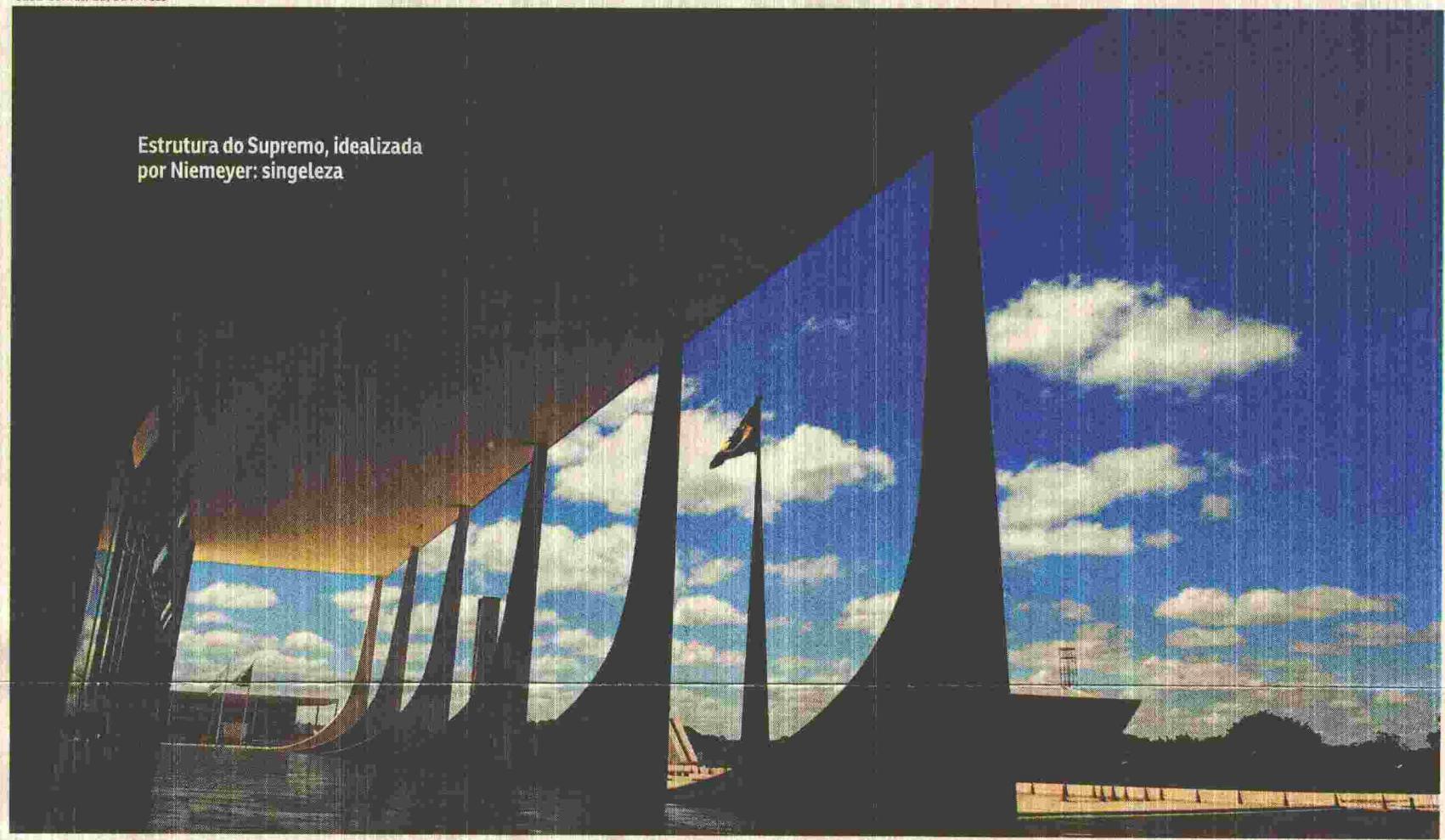
O STF

Cadu Gomes/CB/DA Press

Estrutura do Supremo, idealizada por Niemeyer: singeleza

BRASÍLIA É UM CONVITE PARA QUE OS BRASILEIROS TENTEM O IMPOSSÍVEL: UMA ORDEM LIMPA; A SOLIDARIEDADE SOCIAL DENTRO DA MULTIPLICIDADE DOS INTERESSES HUMANOS"

PAULO MENDES CAMPOS



SAMANTA SALLUM

Naquele dia histórico mais um debate se fez na mais alta esfera do Judiciário e, ao final, Brasília ganhou. Em 1957, os preparativos começaram. Três anos depois, apesar de resistências, a decisão da mudança se concretizou. Naquela quinta-feira, 21 de abril de 1960, às 9h30, sob a presidência do ministro Barros Barreto, o Supremo Tribunal Federal (STF) realizava a sessão inaugural de sua nova sede. Projetado em 1958 pelo arquiteto Oscar Niemeyer, o prédio que passava a abrigar a Corte acompanhava a simbologia da arquitetura modernista — expressão de uma utopia por um futuro mais justo para a sociedade brasileira.

Uma arquitetura tão impregnada de inspiração, que poderia, quem sabe, influir no espírito dos ministros ao julgarem processos para um novo Brasil que se anuncjava na marcha pelo progresso que a construção da nova capital representava. "A singeleza do projeto e as proporções relativamente reduzidas deste edifício não impediram que o partido adotado lhes conferisse as características de dignidade e nobreza reclamadas, características essas que as galerias externas acentuavam convenientemente", descreveu Oscar Niemeyer sobre o prédio do STF.

Ao se instalar logo no dia da inauguração, foi essencial para a consolidação de Brasília. E, nesses 50 anos, a instituição vem alcançando a cidade ao centro das grandes polêmicas nacionais que dela se alimentam, mas nela também encontram seus desfechos. Ele decidiu, então está decidido. É o ponto final para tantas controvérsias.

Como guardião do STF, lá está ela de olhos vendados — símbolo da imparcialidade — e espada na mão, a força que impõe o direito contra a impunidade. Em granito majestoso, a escultura A Justiça, de Alfredo Ceschiatti, do alto de seus 3,30 metros, vigia os Poderes Legislativo e Executivo, desde 1961. Formado por 11 ministros, o Supremo guarda a Constituição. Nas sessões ocorrem julgamentos de ações diretas de constitucionalidade e entre os réus podem estar até presidentes da República.

MORADIA

Após a sessão inaugural, os trabalhos ficaram suspensos até 15 de junho de 1960, data em que teve lugar a sessão plenária da Corte, quando então se reiniciou a fluência dos prazos processuais. O Supremo se despediu do edifício da Avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro, onde ficou de 1909 a 1960, em 13 de abril daquele ano.

Para que o STF se transferisse, foi constituída uma comissão com a tarefa de acompanhar in loco as obras e depois dar atenção especial aos problemas de moradia dos ministros e respectivas famílias. A mudança foi difícil. O que fez ministros transformarem quartos de hotel em moradias por muitos anos, simplesmente porque preferiam não fixar moradia na capital.

Mas esse clima de rejeição é coisa do passado. Há sete anos em Brasília, exatamente porque veio assumir a cadeira no Supremo, o ministro Carlos Ayres Britto abraçou a capital como seu novo lar. "Vim com a família e logo simpatizamos com Brasília. Que ela se mantenha assim uma cidade desemparedada, que preserva a soberania do verde, das árvores. É uma cidade apassarinhada, poética, desapinhada de construções", traduz o ministro-poeta nascido em Propriá, interior de Sergipe.

"Aqui tenho meu pequeno paraíso. Vivo principescamente no meu sítio. A qualidade de vida é incomparável aqui", comenta o ministro Marco Aurélio de Mello, desde 1981 na capital, quando deixou o Rio. "Vim com a família toda, hoje integrada a esta capital."

Os atuais ministros referendam a contribuição histórica que o STF àquela época, deu ao país prestigando a inauguração da capital e encampando o projeto de JK com a interiorização do país. "O STF contribuiu para que Brasília se firmasse naquele debate histórico em que a mudança da sede venceu por maioria. Foi importante aquela mudança para a estratégia de novo desenvolvimento para o Brasil", destaca o presidente do Supremo, ministro Gilmar Mendes, formado pela Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB).

Neste 21 de abril, será realizada sessão comemorativa na Suprema Corte, em homenagem aos 50 anos de Brasília e à transferência do Tribunal para o cerrado, uma cerimônia proposta pelo ministro Celso de Mello, o mais antigo do Supremo (desde 1989). É dele uma pesquisa sobre curiosidades da história do STF, do Império à República. Na sexta-feira, mais um mandato se encerra na presidência da mais alta esfera do Judiciário. Gilmar Mendes passa a função para o ministro Cezar Peluso.

RESGATE DA CIDADANIA

A partir de 1964, o STF passou por momentos difíceis. Veio uma fase marcada pela resistência contra decisões do regime militar. Momento em que a Corte julgou uma série de pedidos de habeas-corpus de presos políticos. Com a edição do AI-5 (Ato Institucional N° 5, tipo de decreto que dava poderes extraordinários ao presidente da República e suspendia várias garantias constitucionais), em dezembro de 1968, o Supremo sofre uma intervenção, com o afastamento de alguns ministros, e, em seguida, com o esvaziamento de sua competência.

"Aquele primeiro momento do regime militar foi um período importante, de embates do Supremo, no julgamento de uma série de habeas-corpus", destaca o ministro Joaquim Barbosa, quando olha para a história da Corte. Um dos documentos do acervo do museu do Supremo é o pedido de habeas-corpus para Miguel Arraes, ex-governador de Pernambuco, preso pelo regime militar em 1964, acusado de "tentativa de mudança da ordem política social".

"Até o AI-5, o Supremo buscava a moderação no regime militar. Sofreu o impacto, o sobressalto de 64. Mas hoje temos uma corte constitucional destemida, firme na sua atuação", reforça o ministro Gilmar Mendes. "O Supremo é a última trinchera do cidadão. Temos uma responsabilidade maior", completa o ministro Marco Aurélio de Mello.

Entre as principais atribuições do STF está a de julgar ação direta de constitucionalidade e a extradição solicitada por outro país. Na área penal, o Supremo tem a competência para julgar, nas infrações penais comuns, o presidente da República, o vice-presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios ministros e o procurador-geral da República.

Sobre as críticas de que o STF às vezes se isola do clamor popular, os ministros fazem referência à venda nos olhos da Justiça para explicar que é preciso manter o equilíbrio de forças na hora de um julgamento. "O leigo quer as vísceras, quer sangue. Os juízes não podem julgar influenciados pelo clamor popular", pondera Marco Aurélio.

O fato é que de 1960 para cá, a pressão é maior sobre os ministros. "Hoje temos uma visibilidade que os ministros daquele período do passado não tinham", aponta Joaquim Barbosa. A mudança para Brasília não pode ser mais usada como argumento de encastelamento da alta esfera do Judiciário. O ministro Ayres Britto, que passa a presidência do Tribunal Superior Eleitoral para o ministro Ricardo Lewandowsky nesta semana, reforça que a distância geográfica não separa mais o STF do cidadão brasileiro. "Estamos na televisão, na internet, no rádio, as sessões são transmitidas em tempo real. O povo conhece nossas fisionomias, fala conosco no aeroporto, na rua, e isso é saudável", diz Britto.

Processo de escolha

Os ministros são escolhidos entre cidadãos brasileiros com mais de 35 anos e menos de 65 anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada, sendo nomeados pelo presidente da República, após aprovação do Senado Federal. O STF indica um de seus ministros para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e três para compor o Tribunal Superior Eleitoral (TSE).



A Justiça distrital

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) também foi criado exatamente em 21 de abril de 1960. A história da capital e do tribunal se misturam. Mas o TJDFT se remete à implantação do primeiro órgão da Justiça criado no Brasil, na capital Salvador, em 1607. Até a construção da nova capital do Brasil, o governo federal trabalhava com o governo de Goiás. Naquela época, Brasília estava física e juridicamente desmembrada do estado vizinho. Já naquele período, uma das jurisdições funcionava em Planaltina. Esta cidade, mais tarde, foi absorvida pelo novo Distrito Federal. Para a festa do cinquentenário, o tribunal criou um selo e um carimbo comemorativo. Em edição limitada, circularão até o fim de 2010 em todas as correspondências oficiais. Os objetos têm a logomarca do tribunal, que se remete à balança, um dos símbolos da Justiça. O selo traz ainda a imagem de um ipê no mapa do Brasil, com a bandeira ao fundo, marca criada pelos Correios, que representa a fauna e a democracia brasileiras.